

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DA COVID-19 2.0

Divulgação: 17 de julho de 2020

Coleta de dados: 14 e 15 de julho de 2020

Visite o site: transparenciacovid19.ok.org.br



BOLETIM #01 | CAPITAIS

Apenas duas capitais atingem nível alto de transparência da Covid-19

Macapá e Vitória são as únicas a superar marca de 80 pontos, após implementar, na última semana, parâmetros do ITC-19; primeira avaliação revela que 58% estão com nível de transparência abaixo de “Bom”

APOIO:

Hivos
people unlimited

APOIO TÉCNICO:

IGA
INSTITUTO DE GOVERNO ABERTO

RESUMO EXECUTIVO

→ **Menos de um terço das capitais (27%)** divulgam **microdados**, bases que trazem registros de cada caso; nenhum deles alcança os parâmetros mínimos de detalhamento.

→ O **formato aberto** dos dados apresentados, como download de planilhas nos painéis e boletins, é opção em **apenas 38%**.

→ A população de **81% das capitais** fica no escuro com relação à quantidade de **testes disponíveis**; entre as 19% que publicam essa informação, **nenhuma** detalha o tipo de teste de que dispõe.

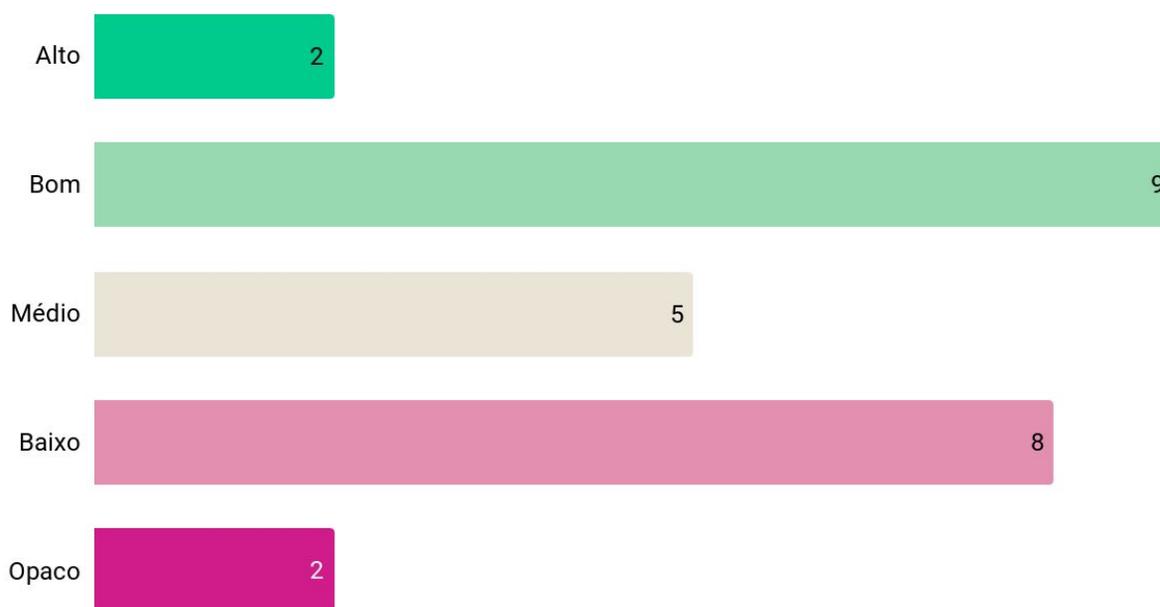
→ **54%** das cidades divulgam a **quantidade de testes aplicados**; se consideradas apenas aquelas que detalham o tipo de teste (se sorológico ou RT-PCR), a taxa é de 35%.

→ A informação sobre o total de notificações, o que inclui **casos suspeitos**, é transparente em somente **38%** das prefeituras.

Pela primeira vez avaliando as capitais brasileiras, o **Índice de Transparência da Covid-19** traz um líder isolado: o município de **Macapá (AP)**, com 91 pontos. Na sequência, **Vitória (ES)** ocupa o segundo lugar, com 90 pontos. Ambas são as únicas cidades classificadas com nível “Alto” de abertura dos dados epidemiológicos da pandemia. Dentre as demais capitais, 35% foram consideradas com nível “Bom” de transparência e mais da metade, 58%, figuram em categorias insatisfatórias — sendo 19% avaliadas com nível “Médio”, 31% com “Baixo” e 8% com “Opaco” (confira a distribuição no gráfico abaixo).

Desde 3 de abril, a Open Knowledge Brasil (OKBR) avalia, semanalmente, a situação de transparência dos dados sobre a pandemia e a infraestrutura de saúde necessária para seu enfrentamento. A inclusão das capitais partiu do diagnóstico de que, mesmo que passados quase cinco meses do primeiro caso identificado no Brasil, ainda há desencontro de informações entre os dados municipais e os disponibilizados por outros entes, como estados e governo federal. Além disso, muitos municípios optam por fazer controles em sistemas próprios ou adotam critérios distintos, o que pode aprofundar essas divergências.

QUANTIDADE DE CAPITAIS POR NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA



Dentre os critérios mais atendidos pelos municípios estão os itens **Localização** (detalhamento de caso por bairros) e **Visualização** (disponibilidade de um painel para consulta), cumpridos por mais de 70% das capitais. Além disso, a **Navegação** também recebeu avaliações majoritariamente positivas, já que a maior parte das prefeituras concentra suas informações em apenas uma fonte e é possível acessar todos os dados disponíveis com poucos cliques. Já nos critérios de **Conteúdo**, os itens mais

encontrados foram **Faixa etária** e **Sexo** relativos aos casos de Covid-19. Ambos são publicados por 69% dos municípios.

INFRAESTRUTURA NO ESCURO

Dados essenciais para a estruturação dos planos de retomada econômica em todo o país, a **Infraestrutura de saúde foi o eixo menos transparente das capitais**, com informações encontradas de forma completa ou parcial em apenas 42% das prefeituras. Consolidado e aprimorado na nova versão do Índice de Transparência da Covid-19, o segmento avalia a abertura de dados de testes, leitos e quantidades de casos por hospital.

Seja para acompanhar a contenção do contágio ou o avanço da “imunidade de rebanho”, resultados e oferta de testes precisam ser conhecidos com o maior detalhamento possível. No entanto, **somente 19% das capitais informam sobre a disponibilidade de testes**, e em nenhuma delas é possível conhecer os tipos disponíveis — se são os testes de tipo sorológico ou os chamados RT-PCR, molecular. Já a testagem detalhada por tipo é publicada por 35%.

A situação é ainda mais crítica quando somada ao fato de que **apenas 38% dos governos municipais informam notificações de Covid-19 de forma completa** — incluindo casos suspeitos, confirmados e descartados — e **somente 15% são transparentes sobre casos e óbitos relacionados à Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG)** que ainda não tenham sido confirmados como Covid-19.

Analisando conjuntamente o total de notificações, as informações sobre testes e os casos de SRAG, especialistas são capazes de estimar não apenas a subnotificação de Covid-19, como também a confiança dos dados de contágio disponibilizados pelos governos. “Sem a transparência desses aspectos, a formulação de políticas públicas de enfrentamento à pandemia tende a apresentar ‘pontos cegos’ e o controle social, conseqüentemente, fica prejudicado”, ressalta Camille Moura, coordenadora de Advocacy e Pesquisa da OKBR.

No âmbito dos hospitais, informações sobre **ocupação de Leitos Clínicos e UTI reservados para Covid-19** são disponibilizadas de forma completa por 58% das capitais, e parcialmente por 11%. No entanto, chama atenção que **31% das prefeituras ainda não disponibilizam** esse dado, que tem sido constantemente referenciado como um farol que guia a reabertura do comércio e dos serviços não

essenciais no país. A **quantidade total de Leitos Clínicos e UTI reservados para Covid-19** também é publicada com detalhes por apenas 46%, enquanto 38% não disponibilizam nenhum dado e 16% informam parcialmente.

O cenário é ainda mais opaco para o cidadão que busca atendimento médico em hospitais menos sobrecarregados de sua cidade: informações sobre total de **Leitos Clínicos e UTI Não-Covid-19** foram encontradas em apenas 23% das capitais e a ocupação desses leitos está disponível em 35%. A indisponibilidade desse tipo de dado pode ser relacionada a particularidades de descentralização da gestão de saúde pública, que, em boa parte do país, é administrada pelos estados. “A situação pode apontar para falhas de comunicação entre os diferentes níveis de governo, além de dificuldades em compreender o cidadão como principal consumidor e usuário dos dados públicos. Ambos são problemas graves em meio a uma pandemia”, destaca Camille.

RAIO-X DA POPULAÇÃO

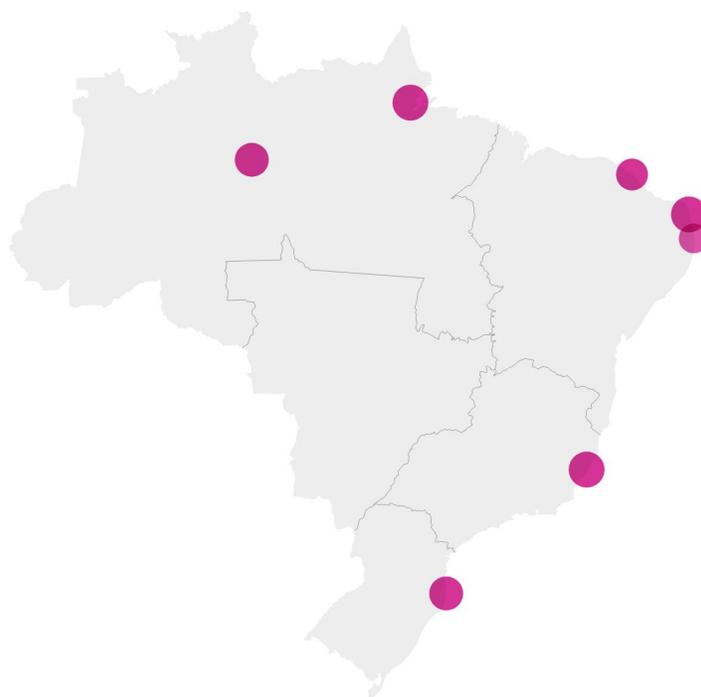
No eixo Demografia, a alta transparência de dados sobre **Faixa etária e Sexo** é fortemente contrastada com a opacidade das informações sobre **Raça/Cor e Etnias Indígenas**. A perspectiva racial só é publicada por 8 capitais (31%), enquanto o detalhamento de grupos étnicos foi encontrado apenas em Manaus (AM). Quando analisados em conjunto com dados de localização, esses conjuntos de dados podem fornecer um olhar aprofundado para a desigualdade social no país, permitindo ações personalizadas de combate à pandemia em populações mais vulneráveis.

No entanto, essa análise holística não é possível sem uma base completa de registros detalhados, individualizados e anonimizados. Neste quesito, que é o mais crítico da avaliação, **apenas 7 capitais apresentam bases de microdados para download** contendo ao menos metade das categorias cobradas pelo Índice de Transparência da Covid-19, e, embora alguns cheguem perto, em nenhum dos casos o arquivo contempla o conjunto mínimo de dez parâmetros. Veja abaixo quais são essas capitais.

PREFEITURAS QUE PUBLICAM MICRODADOS

Nenhuma atingiu o conjunto de 10 itens avaliados e 7 cumprem pelo menos metade, recebendo meio ponto no quesito

Capital	Critérios atendidos (de 10)
Macapá (AP)	9
Natal (RN)	9
Vitória (ES)	9
Florianópolis (SC)	8
Manaus (AM)	8
Fortaleza (CE)	7
João Pessoa (PB)	6



RESPOSTA DAS PREFEITURAS

A OKBR enviou às cidades, com dez dias de antecedência, um comunicado apresentando a metodologia; um “retrato” da transparência naquele momento, contendo uma avaliação prévia, e as fontes de dados consideradas. O objetivo é que os gestores possam compreender os critérios, esclarecer dúvidas, comunicar eventuais fontes que não tenham sido identificadas pela equipe, além de promover os ajustes possíveis e necessários até a análise oficial do ITC-19. A partir da segunda rodada de avaliações, a OKBR passa a apoiar e acompanhar a evolução dos entes sem antecipar a pontuação.

Atentos ao chamado, Macapá (AP), Maceió (AL), Manaus (AM), Natal (RN), Porto Alegre (RS) e Vitória (ES) entraram em contato com a equipe da OKBR para informar sobre a abertura de novos conjuntos de dados e melhorias em ferramentas de visualização. Após as adequações às diretrizes do ITC-19, Macapá (AP) saltou mais de 50 pontos em relação à avaliação prévia. Além de aprimorar os painéis, a capital promoveu intenso esforço de abertura de diversos dados brutos epidemiológicos e de infraestrutura de saúde, garantindo o primeiro lugar no ranking. A vice-líder do ranking, Vitória (ES), também avançou quase 50 pontos desde a avaliação preliminar.

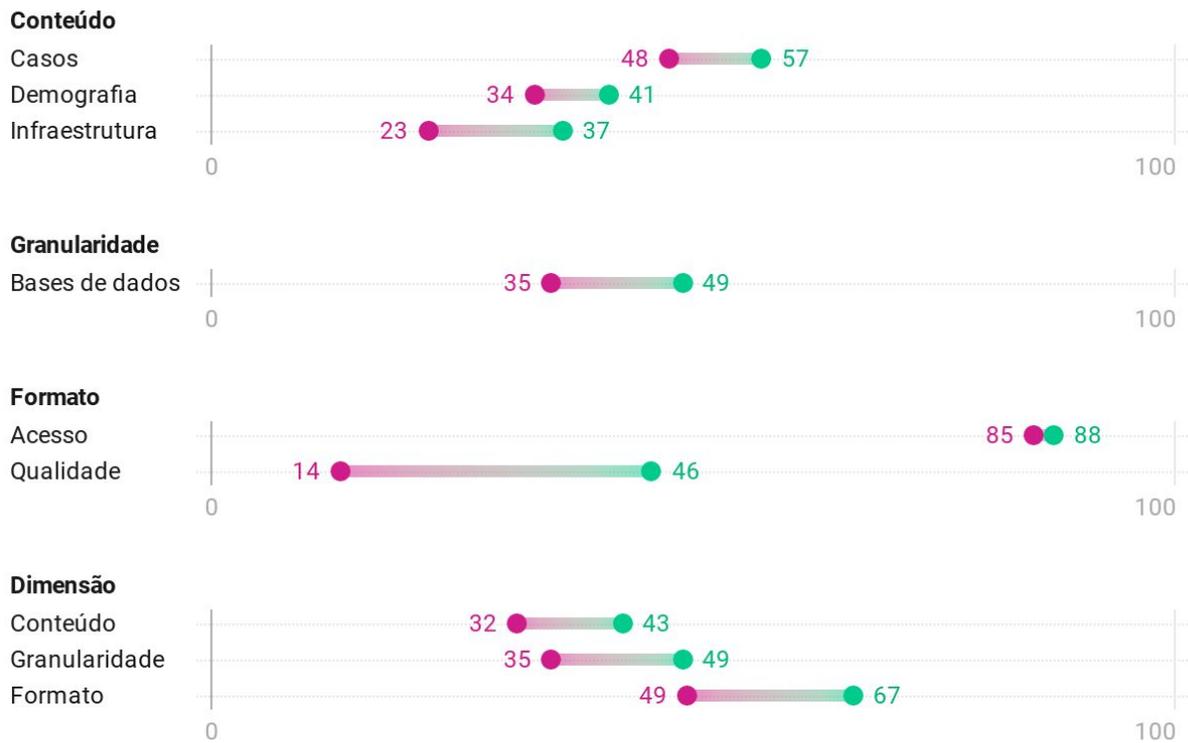
Maceió (AL), Manaus (AM) e Natal (RN) também promoveram importantes melhorias, subindo cerca de 30 pontos, e passaram a integrar o grupo de governos com nível “Bom” transparência, junto a Porto Alegre (RS), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Rio de Janeiro (RJ).

No dia 7/7, quando os gestores municipais receberam as pontuações prévias, a média das avaliações era de 38 pontos, correspondente ao patamar de transparência “Baixo”. Em 16/7, menos de 10 dias depois, esse valor avançou 14 pontos, elevando a média de transparência para 52 pontos, considerada como nível “Médio”. “Esse avanço expressivo em tão pouco tempo sugere um forte impacto do Índice e reforça a importância das ações de advocacy”, afirma Fernanda Campagnucci, diretora-executiva da OKBR. “Os governos se saem melhor quando sabem que a sociedade está de olho”.

Confira abaixo o gráfico de evolução das capitais entre as rodadas de avaliação piloto e a primeira oficial.

ANTES E DEPOIS DA PRIMEIRA AVALIAÇÃO DO ITC-19 DAS CAPITALS

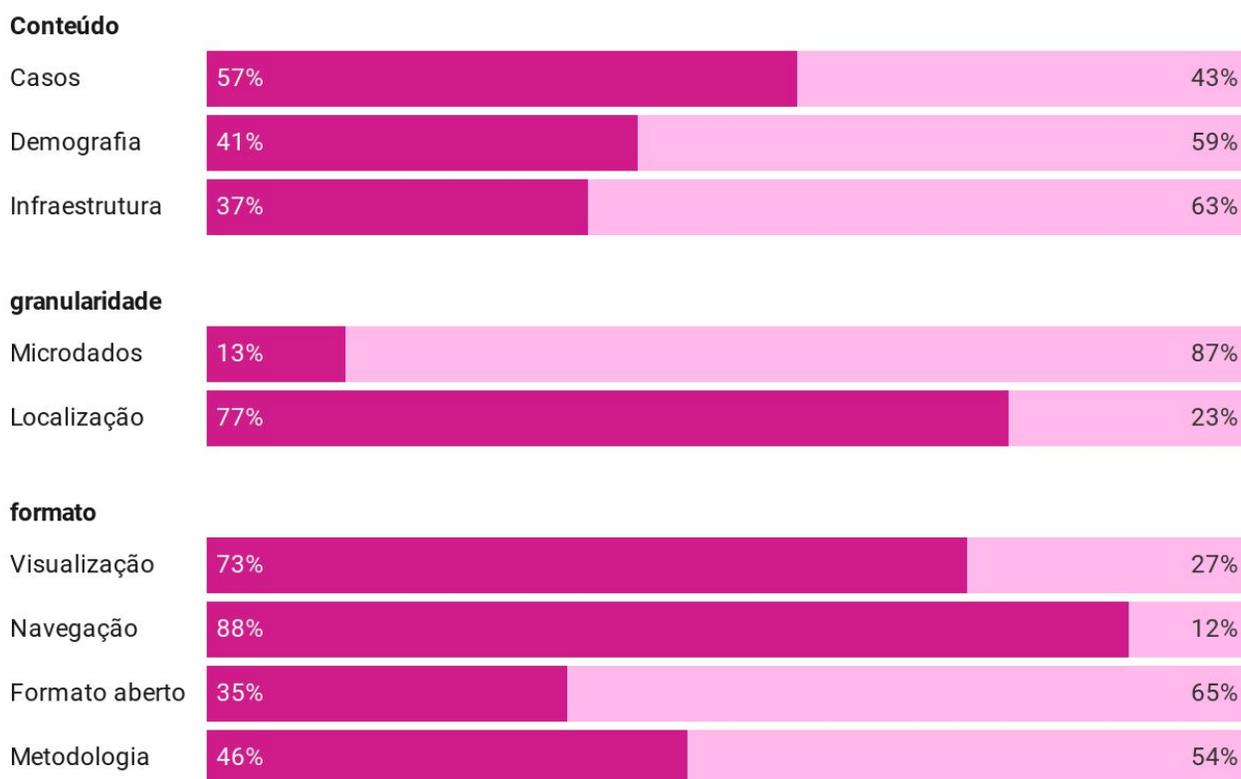
Evolução da taxa de cumprimento de cada categoria de itens, considerada a pontuação média de todas as capitais, entre as rodadas de avaliação piloto e a primeira oficial.



Created with Datawrapper

CUMPRIMENTO DAS CATEGORIAS DE TRANSPARÊNCIA DA COVID-19

O gráfico abaixo mostra a taxa de cumprimento dos itens avaliados, considerando os que atendem parcialmente (com meio ponto) e integralmente (com um ponto) um quesito. As barras escuras representam o total já atingido nessa categoria, somando o desempenho de todas as capitais.



Criado com Datawrapper

RANKING ATUAL

Posição	Capital	Estado	Pontuação	Nível
1º	Macapá	AP	91	Alto
2º	Vitória	ES	90	
3º	Natal	RN	77	Bom
4º	Fortaleza	CE	75	
5º	João Pessoa	PB	72	
6º	Manaus	AM	70	
7º	Curitiba	PR	69	
8º	Florianópolis	SC	67	
9º	Rio de Janeiro	RJ	66	
10º	Maceió	AL	61	
	Porto Alegre	RS	61	
11º	Belém	PA	56	
12º	Campo Grande	MS	51	
13º	Teresina	PI	50	
	Palmas	TO	50	
14º	Belo Horizonte	MG	45	
15º	Boa Vista	RR	39	Baixo
16º	Recife	PE	36	
17º	Porto Velho	RO	33	
18º	São Paulo	SP	32	
19º	Goiânia	GO	31	
20º	Rio Branco	AC	30	
21º	Salvador	BA	28	
22º	Cuiabá	MT	24	
23º	São Luís	MA	19	
24º	Aracajú	SE	18	

METODOLOGIA

O **Índice da Transparência da Covid-19 nas capitais** é atualizado quinzenalmente e leva em conta três dimensões e 24 critérios:

Dimensão	Descrição
CONTEÚDO	São considerados itens como idade, sexo, raça/cor e hospitalização dos pacientes confirmados, além de dados sobre a infraestrutura de saúde, como ocupação de leitos, testes disponíveis e aplicados.
GRANULARIDADE	Avalia se os casos estão disponíveis de forma individual e anonimizada; além do grau de detalhamento sobre a localização (por município ou bairro, por exemplo).
FORMATO	Consideram-se pontos positivos a publicação de painéis analíticos, planilhas em formato editável e navegação simples.

Base de dados completa com a avaliação detalhada de cada ente.

Nota metodológica com o detalhamento dos critérios de avaliação.

O Índice de Transparência da Covid-19 da OKBR foi lançado em 3 de abril de 2020 e, desde então, vem sendo atualizado semanalmente, todas as quintas-feiras. Na nova versão, as publicações intercalam os resultados de União e estados e os das capitais.

No dia 21 de maio de 2020, a Transparência Internacional Brasil (TI Brasil) divulgou um ranking próprio, com atualização mensal, em que avalia a situação da divulgação de recursos públicos para enfrentamento à Covid-19. **Conheça.**

SOBRE A OKBR

A OKBR, também conhecida como Rede pelo Conhecimento Livre, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e apartidária que atua no país desde 2013. Desenvolvemos e incentivamos o uso de tecnologias cívicas e de dados abertos, realizamos análises de políticas públicas e promovemos o conhecimento livre para tornar a relação entre governo e sociedade mais transparente e participativa.

Saiba mais no site: <http://br.okfn.org>

Equipe responsável:

COORDENAÇÃO GERAL

Fernanda Campagnucci

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Camille Moura

COMUNICAÇÃO E DESIGN

Thiago Teixeira

Isis Reis

REVISÃO TEXTUAL

Murilo Machado

APOIO NA COLETA DE DADOS (Região Sul)

Instituto de Governo Aberto

CONTATO PARA IMPRENSA

imprensa@ok.org.br